

## Quércia promete jogar tudo no presidencialismo

SÃO PAULO — Toda a força e poder político de São Paulo serão jogados nessa fase decisiva da Constituinte, para pressioná-la a manter o regime presidencialista, anunciou o governador Orestes Quércia, revelando que também outros governadores estão adotando idêntica posição.

"Estamos analisando essa questão", revelou Quércia, "e na reunião no Recife (compareceram, além dele, os governadores de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Rio de Janeiro e Bahia) discutimos muito tanto o presidencialismo quanto o parlamentarismo. A maioria dos governadores de estado é favorável à manutenção do atual regime e, dos seis reunidos em Pernambuco, só o Waldir Pires (Bahia) é parlamentarista".

Quércia adiantou que a ação a ser desenvolvida pelos governadores pela manutenção do presidencialismo ainda não está "definida, nem articulada, porque estamos numa fase de conversas".

Quércia conversou ontem com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e este lhe adiantou que se sentir a tendência pelo parlamentarismo fará um parecer por esse regime. Do contrário, adiantou, seu parecer será pela manutenção do atual.

"Essa posição do Cabral", ponderou o governador paulista, "significa que nem na Constituinte há uma tendência claramente definida. E pelas informações que tenho a tendência pelo parlamentarismo diminuiu um pouco entre os constituintes. Antes, sentia-se que havia uma preponderância pelo parlamentarismo, mas isso mudou muito."

— Os governadores, então, pretendem ter uma influência decisiva nessa questão?

— Acredito que sim. Eu, por exemplo, no que puder influenciar, vou fazê-lo para que nós tenhamos, nessa fase brasileira, a manutenção do presidencialismo — prometeu Quércia, adiantando que a questão será um dos principais temas do encontro que os 22 governadores eleitos pelo PMDB programam realizar, num futuro próximo, no Rio de Janeiro.

## STF pode passar a constitucional

Os relatores da Comissão de Sistematização definiram a parte sobre Poder Judiciário da nova Constituição, transformando o Supremo Tribunal Federal em corte exclusiva para assuntos constitucionais.

A estrutura do Poder Judiciário, segundo o que ficou definido, preservará a composição atual do Supremo Tribunal Federal, com onze juízes vitalícios escolhidos pelo presidente da República e aprovados pelo Senado.

As funções referentes à legislação federal passarão para uma nova corte a ser criada: o Superior Tribunal de Justiça. Esse tribunal terá a competência de decidir os recursos em última instância relativos a questões federais — atribuição, até então, do STF.

## Cardoso acha que Cabral não vai propor seis anos

BRASÍLIA — O senador Fernando Henrique Cardoso, relator-adjunto da Comissão de Sistematização, atribuiu a um balão de ensaio do Palácio do Planalto a informação de que o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), iria propor, nas disposições transitórias, a implantação do parlamentarismo em 1990 e seis anos de mandato para o presidente Sarney.

Cabral, que passou o dia trancado no 24º andar do Banco do Brasil, reunido com os relatores-adjuntos e assessores,

alegou falta de tempo para falar aos jornalistas. Em seu lugar, mandou outro relator-adjunto, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que disse ignorar qualquer decisão de Cabral sobre a questão.

A informação também pegou de surpresa o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e o assessor especial do deputado Ulysses Guimarães, professor Miguel Reale Jr. Segundo Jobim, a questão do parlamentarismo será decidida hoje nas reuniões no Banco do Brasil.

## Dornelles prevê verba curta

Os candidatos à sucessão do presidente Sarney vão enfrentar uma violenta redução dos recursos da União a partir de 1989, que chegará a seu ponto crítico em 1990. A previsão é do ex-ministro da Fazenda e deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ), que acrescenta: "Vai acabar a distribuição de dinheiro pelo sistema de pires na mão. O dinheiro agora será distribuído de forma institucionalizada e o governo será obrigado a reduzir o déficit das estatais". Na reta final das negociações em torno do projeto da nova Constituição, Dornelles antecipa o que está previsto em matéria de política fiscal. Haverá mais recursos para os estados e municípios, maior distribuição regional de renda, maior progressividade nos tributos, mais garantias individuais para o contribuinte e menos dinheiro para o presidente da República fazer barganha política com prefeitos e governadores.

**Intocável** — Já é ponto pacífico também que nem Bernardo Cabral nem José Richa mexerão nos dois principais projetos de Constituição hoje em estudo — o da Comissão de Sistematização e o conhecido como Hércules — para alterar o sistema tributário. Os constituintes que consideram excessiva a transferência de recursos para os estados e municípios e preocupante a situação em que ficará a União estão recebendo o seguinte conse-

lho das pessoas ligadas a Dornelles: "O sistema tributário é intocável porque fere a mais emocionada bancada da Constituinte — a nordestina".

O novo sistema tributário garantirá maior receita aos estados e municípios por eliminar, de imediato, seis impostos federais: os impostos únicos sobre energia, lubrificantes, minerais, comunicações e transportes e o imposto sobre serviços municipais. Esses impostos serão incorporados à base de cálculo do ICM, e o que hoje é recurso da União passa a ser receita dos estados. Os municípios ganham porque hoje recebem 20% do ICM e passarão a receber 25% de um ICM bem mais gordo.

Mas a Região Nordeste nesse novo sistema tributário ganha para valer com o aumento de 16,5% para 22% da presença no Fundo de Participação dos Estados (FPE). E é a essa região que se destinam 70% dos recursos do Fundo. A maior progressividade fiscal será definida com um artigo da Constituição estabelecendo que toda renda estará sujeita ao imposto progressivo. Surgirá por exemplo o imposto territorial progressivo, e o ICM terá alíquotas diferenciadas. Por isso, o brasileiro já pode sonhar até com um ICM em que o imposto recairá em 3% sobre o arroz e 40% sobre o cigarro, por exemplo.

## UDR denuncia coelho como subversivo

O coelho Pascoalzinho é expulso da terra que era cultivada por sua família há gerações e gerações. Obrigado a mudar-se para a cidade, acaba na favela Fim do Dia e passa a refletir sobre a injustiça de que foi vítima. Feita como homenagem a Paulo Fontelles e ao padre Josimo Tavares, "que perderam a vida por defender a reforma agrária", a fábula do coelho Pascoalzinho Pé-no-Chão, de autoria de Chico Alencar e editada pela Editora Moderna Ltda., foi denunciada ontem na Constituinte por representantes da UDR como uma proposta "imoral" de invasão de terras e desrespeito às leis.

A professora Ana Maria Ferreira Leite, representante da UDR no Vale do Paraíba em São Paulo, percorreu corredores e gabinetes de líderes partidários denunciando a fábula como uma "semente da invasão de terras que a esquerda quer plantar em crianças de 6 a 10 anos".

## No forno, um novo parlamentarismo

Tome o sentimento compartilhado pela maioria dos constituintes de que é preciso fortalecer os poderes do Congresso enfraquecido durante o regime autoritário de 1964. Adicione variados condimentos extraídos de sistemas de governo vigentes no mundo civilizado — a eleição direta para presidente da República que convive com o parlamentarismo em Portugal e na França, o modelo de voto distrital alemão, alguns traços fortes do presidencialismo norte-americano.

Não esqueça de acrescentar pitadas de criatividade política genuinamente nacional — mecanismos, por exemplo, que dificultem o poder do presidente no regime de gabinete clássico de dissolver o Congresso e de convocar eleições gerais. Ou que impeçam que a aprovação, pelo Congresso, de uma moção de desconfiança implique, necessariamente, na destituição, também, dos ministros militares. Pode, assim, estar ficando pronto o parlamentarismo à brasileira que a Constituinte serviria à Nação no final do ano.

O prato ainda não está feito. Na atual fase da Constituinte, o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, tem até à meia-noite do próximo domingo para arrematar o substitutivo ao projeto de Constituição que ele mesmo produziu há mais de 40 dias. O parlamentarismo como sistema de governo fará, naturalmente, parte do substitutivo, mas até o fim da tarde de ontem nem Cabral, nem as principais lideranças do PMDB e do PFL, sabiam dizer que parlamentarismo será esse.

"Sou a favor da manutenção do sistema presidencialista de governo", repetiu ontem pela manhã no



Palácio do Planalto o deputado Ulysses Guimarães que respondia, na ausência de Sarney, que estava no México, pela presidência da República. "Mas se tivermos que adotar o parlamentarismo, que seja um parlamentarismo sério, decente". O deputado Antônio Britto, que ouviu o desabafo de Ulysses, voou para seu gabinete na Câmara Federal e, de lá, por telefone, indagou à deputada Sandra Cavalcante:

— Somos ou não parlamentaristas? E que parlamentarismo, afinal, desejamos?

Britto e Sandra, informalmente, auxiliam Cabral na confecção do seu substitutivo. "Eu diria que está reinando uma certa confusão quanto ao modelo de parlamentarismo a ser proposto", confidenciou o senador Marco Maciel, presidente do PFL, à saída do almoço no restaurante La Fornarina, na Asa Sul de Brasília. Maciel tinha um encontro com Ulysses à noite, quando pretendia discutir os principais pontos do substitutivo de Cabral.

Uma coisa, pelo menos, parecia unir partidários e adversários do parlamentarismo: a condenação à idéia, sugerida por Cabral, de adoção do novo sistema de governo somente após o fim do período de Sarney na Presidência da República. "Seria como montar um carro a

álcool para rodar a gasolina durante mais dois ou três anos", comparou Britto. O parlamentarismo à brasileira enfrentará a oposição de Sarney, Ulysses, Maciel, Mário Covas, Leonel Brizola e Luiz Inácio da Silva.

Se vencer, terá sido a primeira vez na história do Parlamento brasileiro que se aprova uma proposta contra a vontade das mais expressivas lideranças políticas do país — incluindo-se os governadores.

## Em busca de consenso

Há uma fórmula aceita pela esquerda e por grande parte dos constituintes moderados para resolver a questão da imissão na posse nas desapropriações destinadas à reforma agrária. No prazo de 90 dias, um juiz diria se é justa ou não a desapropriação pretendida. Caso o juiz concordasse com ela, o proprietário da terra ainda poderia recorrer às demais instâncias judiciais. Se elas lhe dessem ganho de causa, o proprietário ganharia indenização em dinheiro mas não receberia a terra de volta. A UDR e a direita da Constituinte não querem nem ouvir falar disso.

## Três plenários e uma decisão

Na prática, há no momento mais de uma Constituinte funcionando. Há a Constituinte do Banco do Brasil, onde se reúnem o deputado Bernardo Cabral e os que o ajudam na redação do novo substitutivo. Há a Constituinte integrada por Ulysses, Marco Maciel e as principais lideranças do PMDB e do PFL, que examinará o substitutivo de Cabral neste final de semana. E há a Constituinte propriamente dita, de 559 parlamentares, que aprovará ou não o que lhe for proposto. Todas contam, mas esta última é a que vale.

Ricardo Noblat